

Lidia de Melo de Souza

Medidas Coercitivas Atípicas e o Processo Cooperativo

Prefácio:

Miguel Mesquita

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Lidia de Melo de Souza

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patricia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S729m

Souza, Lidia de Melo de

Medidas coercitivas atípicas e o processo cooperativo /
Lidia de Melo de Souza. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
186 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 151-174.

ISBN 978-65-5510-353-3

1. Efetividade. 2. Autoritarismo. 3. Direito processual.
4. Cooperativismo. 5. Processo civil - Brasil. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	5
1 Antecedentes lógicos à compreensão do sistema processual contemporâneo	13
1.1 O processo como fenômeno cultural e as suas respectivas fases metodológicas.....	13
1.1.1 Praxismo	15
1.1.2 Processualismo	17
1.1.3 Instrumentalismo.....	18
1.1.4 Formalismo valorativo ou Neoprocessualismo: quarta fase metodológica?.....	24
2 A superação dos modelos tradicionais de organização do processo e a opção por um novo modelo: o cooperativo	31
2.1 O fim dos protagonismos	31
2.1.1 A escolha por um terceiro modelo	40
2.1.2 A inspiração no direito português.....	46
2.2 O princípio da cooperação e a sua eficácia normativa.....	50
2.2.1 Inconstitucionalidade por violação ao contraditório?	56
3 O papel dos juízes e das partes no modelo cooperativo	63
3.1 A gestão compartilhada do processo	63
3.1.1 Poderes-deveres do juiz	72
3.1.2 O aumento dos poderes do juiz e a crise de autoritarismo e imparcialidade	87

3.2 Deveres de cooperação das partes: cooperação <i>inter partes</i> ?	97
3.3 Descumprimento do dever de cooperação	104
4 O princípio da cooperação como mecanismo de efetividade e eficiência da sentença.....	109
4.1 A crise de inefetividade e o poder geral de efetivação das decisões judiciais: o art. 139.º, IV, do Código de Processo Civil brasileiro	109
4.2 Medidas coercitivas: aspectos gerais.....	119
4.2.1. Medidas coercitivas atípicas	125
4.3 Limites e pressupostos das medidas coercitivas atípicas.....	131
4.3.1. Os limites do poder geral de efetivação na análise dos casos concretos	138
Conclusão	147
Referências.....	151
Jurisprudência	171